

# Que histórias queremos contar no futuro?: Experimentações entre a Experiência histórica e a Escrevivência<sup>1</sup>

*What Histories do We Want to Tell in the Future?: Experiments Between Historical Experience and Escrevivência*

Géssica Guimarães\*

## RESUMO

Reflito sobre a demanda social por uma crítica radical ao universalismo que, por tanto tempo, caracterizou o discurso histográfico. As reivindicações por maior diversidade na escrita da história não se limitam mais ao aspecto temático. Novas gerações exigem a pluralização de sujeitos e vozes na produção de conhecimento sobre o passado. No centro dessa transformação epistemológica está o conceito de experiência histórica, uma vez que tal experiência também pode contribuir para a construção de histórias insubmissas e disruptivas de passados opressivos. Em diálogo com as epistemologias feministas, retomo a análise de Joan Scott sobre a importância de os “estudos da diferença” não essencializem a experiência histórica em suas abordagens. Ademais, exploro o conceito de escrevivência elaborado por Conceição Evaristo, como uma abertura teórico-metodológica para a construção de histórias comprometidas com o en-

## ABSTRACT

I reflect on the social demand for a radical critique of universalism that has long characterized historiographical discourse. Calls for greater diversity in the writing of history are no longer limited to thematic considerations. New generations demand the pluralization of subjects and voices in the production of knowledge about the past. At the heart of this epistemological transformation lies the concept of historical experience, as it can also contribute to the construction of rebellious and disruptive histories of oppressive pasts. In dialogue with feminist epistemologies, I revisit Joan Scott's analysis of the importance of “studies of difference”, not essentializing historical experience in their approaches. Furthermore, I explore the concept of “escrevivência,” developed by Conceição Evaristo, as a theoretical and methodological opening for constructing histories committed to confronting

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ. Brasil gessica.gao@uerj.br <<https://orcid.org/0000-0002-2369-8646>>

frentamento das questões sociais que ainda causam desigualdade na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Experiência histórica; Epistemologias feministas; Escrivência; Conceição Evaristo.

the social issues that still perpetuate inequality in Brazilian society.

Keywords: Historical experience; Feminist epistemologies; Escrivência; Conceição Evaristo.

Quando nos desafiamos a pensar as histórias que estão por vir, ousamos algo que, por muito tempo, fomos desencorajados a fazer: deslocar nosso olhar do passado para o futuro. Gerações de historiadores foram aconselhadas a manter suas preocupações centradas na investigação das fontes e na análise dos acontecimentos pretéritos. Contudo, a teoria da história, como um conjunto de reflexões sobre a história e o *métier* dos historiadores, tem nos oferecido um espaço para pensar futuros possíveis e histórias outras, principalmente no contexto contemporâneo. Pensar sobre as histórias que queremos escrever pode ser frutífero para que o futuro seja imaginado como abertura. Numa perspectiva notadamente benjaminiana, se escovarmos a história a contrapelo talvez possamos enxergar, nas ruínas da História Universal, passados e futuros que auxiliem a nos reconciliar com o nosso presente (cf. Benjamin, 1994).

Como podemos imaginar a historiografia daqui a algumas décadas? Tarefa de fato muito desafiadora. No entanto, se for para apostar em alguma característica, eu diria que, tão certo quanto o impacto da inteligência artificial, sentiremos as transformações provocadas por demandas sociais, sobretudo aquelas que têm reivindicado a descentralização do sujeito cognoscente e a problematização de concepções universalistas da história. Embora seja difícil antecipar a dimensão dessa transformação, acredito que podemos atestar que novas epistemologias já estão impactando a produção historiográfica, por meio de abordagens teóricas insubordinadas e indisciplinadas. Sua principal contribuição é a ampliação da ideia de história e de sujeito histórico, para além da História Universal de matriz moderna europeia, elaborando um discurso sobre o passado que busca reconhecer, como sujeitos da história e do conhecimento, pessoas, culturas e saberes que, por muito tempo, foram marginalizados, inclusive por procedimentos científicos e práticas sociais. Enfim, por relações de poder que deliberadamente tornaram uma grande parcela da humanidade esquecida ou apagada do processo histórico.

Um dos desafios das teorias da história hoje é compreender o que novas

epistemologias propõem, sem que a incorporação dos conceitos e categorias desenvolvidas por elas impliquem em sua banalização, inversão de sentidos e descaracterização social, esvaziando seu potencial para o conhecimento de outras perspectivas de passado. Quando penso nessa renovação historiográfica me ocorre o quanto a teoria feminista tem nos fornecido instrumental crítico para compreender o patriarcado, bem como sua intrincada relação com o sistema capitalista, a colonialidade e o racismo. Portanto, parto da acepção dos feminismos como uma epistemologia<sup>2</sup> que olha para o futuro da historiografia, buscando pontes para pensar a história como um conhecimento capaz de produzir sentidos para o passado e a necessidade de escrever histórias diversas, permeáveis à variedade da vida humana.

## EXPERIÊNCIA COMO UM CONCEITO PARA A TEORIA DA HISTÓRIA: REVENDO AS SUGESTÕES DE JOAN SCOTT

O conceito de experiência nos é tão recorrente que, em alguma medida, se assemelha aos conceitos de tempo e espaço, uma vez que os utilizamos frequentemente sem maiores constrangimentos teóricos. É absolutamente comum que historiadores lidem com experiências passadas em suas pesquisas, grosso modo, a vida foi vivida, as pessoas tiveram as suas experiências que impactaram nos processos históricos, e assim por diante. Entretanto, o conceito de experiência nos é bastante caro e já foi interesse de reflexão de pensadores como Michel de Montaigne, Walter Benjamin, John Dewey, Hans-George Gadamer e Reinhart Koselleck. Tal conceito é basilar para o conhecimento histórico, seu significado é amplo e com desdobramentos teóricos diversos. Nesse ensaio, eu gostaria de tratar da experiência como possibilidade para o conhecimento do passado, principalmente levando em consideração as experiências de sujeitos históricos subalternizados, sejam esses agentes do passado ou produtores do conhecimento no presente.

Na tradição historiográfica ocidental podemos identificar dois sentidos principais que têm sido atribuídos ao conceito de experiência histórica: 1- a experiência histórica como um conjunto de sensações e efeitos que o estudo de um passado pode provocar no pesquisador e que possibilitaria o conhecimento de um evento ou processo histórico; e 2- a experiência histórica como o conjunto complexo e variado das vidas pretéritas que podem vir a ser alvo do interesse da pesquisa historiográfica.

O trabalho de Frank Ankersmit (2012) pode ser considerado uma impor-

tante referência para pensar a experiência histórica como um conjunto de sensações que o passado pode provocar no investigador, possibilitando o conhecimento dos acontecimentos e processos estudados. Segundo o historiador holandês, a experiência histórica seria a possibilidade de experimentação do passado, dessa forma, o conhecimento do passado seria mediado por essa experiência. Quando Gumbrecht defende a noção de “produção de presença”, também recorre a uma ideia de que o passado pode provocar sensações, portanto, de alguma maneira, poderia ser experimentado. Essa experiência que alcança os sentidos possibilitaria que a história fosse narrada como conhecimento do passado (Gumbrecht, 2010).

No segundo caso mencionado acima, a questão central gira em torno da pergunta: como seria possível a escrita da história dar conta da experiência histórica? Partimos aqui da experiência histórica como reconhecimento de que houve vida no passado e que o desafio da historiografia seria exatamente contemplar essas experiências. Em sua dissertação de mestrado, Fernando Nicolazzi (2004) se dedicou a pesquisar essa questão. Um dos pontos centrais de sua abordagem se assentava na concepção de que a experiência histórica fosse tratada no âmbito do discurso e não como um dado apriorístico, por meio de uma atitude crítica que denominou como *analítica da experiência histórica*. O historiador brasileiro procurava entender a função do conceito de experiência histórica no discurso historiográfico. Para esclarecer melhor como seria possível operar essa *analítica da experiência histórica*, Nicolazzi buscou, na obra de Michel Foucault e Edward Thompson, compreensão de como a experiência histórica poderia ser representada no discurso sobre o passado, e verificou que, para ambos, havia uma

ênfase na ideia de *experiência como um fazer-se por parte dos sujeitos históricos em um espaço de ação específico, historicamente determinado*. [...] Para os dois autores os sujeitos, classe ou indivíduo, não são postulados, pelo contrário, são constituídos; não existem previamente, anterior ao processo histórico, mas constituem-se nele em experiências históricas singulares (Nicolazzi, 2004, p. 18, grifo do autor).

Fica claro, na citação anterior, que os três autores em questão compreendem a experiência histórica como fruto do compartilhamento do passado. Embora as singularidades não sejam desconsideradas, é na malha do processo histórico que o individual e o particular se tornam experiências atravessadas por relações sociais e históricas. Na outra ponta do problema, ao produzir a

narrativa historiográfica, os historiadores precisam representar a experiência histórica por meio da linguagem. Quando entendemos que a experiência histórica é constituída discursivamente, o que se torna fundamental considerar é que fazem parte dessa equação os vestígios do passado reunidos por meio da pesquisa e a elaboração de uma narrativa na qual os fatos serão interconectados. A linguagem, portanto, é um dos elementos que possibilitam nossa relação cognitiva com o passado. Soma-se a ela o tempo e suas diferentes camadas, conferindo-lhe densidade e dimensão.

Em “The Evidence of Experience”, artigo publicado em 1991, Joan Scott fez uma grande contribuição ao debate, apresentando a sua concepção do conceito. A autora destaca o aspecto discursivo da experiência e como o que ela chamou de “estudos da diferença” estariam contribuindo para um entendimento da experiência como “evidência da história”. A tradução do artigo em português recebeu o título de “A invisibilidade da experiência” (1998). Acredito que seja possível problematizar a opção da tradutora, uma vez que a tradução literal do título do artigo seria “A evidência da experiência”, o que me parece comunicar, de forma mais certa, os objetivos de Scott, já que nesse artigo ela pretende criticar o uso da experiência como mera evidência do passado – notadamente referindo-se aos estudos de gênero, à história das mulheres e demais pessoas marginalizadas. Essa exortação me parece muito apropriada e, em grande medida, já bem incorporada entre nós. No início da década de 1990, Scott nos diz o seguinte: “Experiência não é uma palavra da qual possamos prescindir. Contudo, uma vez que é usada para essencializar a identidade e ratificar o sujeito, torna-se tentador abandoná-la completamente” (Scott, 1998, p. 324).

Para a historiadora estadunidense, identificar as experiências e enunciá-las deveria ser apenas o ponto de partida, uma vez que o mais importante seria analisar as relações sociais atravessadas por jogos de poder e práticas de dominação que são subjacentes a essas experiências. Em primeiro lugar, porque Scott entende que

Experiência é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado e, portanto, sempre político. O estudo da experiência, consequentemente, deve trazer à discussão seu status originário na explicação histórica (Scott, 1998, p. 324).

De tal modo, a historiadora nos chama a atenção para o fato de que a ex-

periência não nos oferece um conteúdo empírico neutro para as pesquisas, e que uma análise interessada em compreender como as assimetrias e desigualdades sociais se constituem e continuam operando através do tempo deve ter a clareza de que experiências históricas são também resultado da seleção do pesquisador. Assim como o fato é uma construção historiográfica, a experiência histórica não é um dado da natureza; ela é uma projeção, mediada pela decisão do analista que, ao considerar determinada experiência como histórica, já faz uma inferência política na realidade.

A leitura do artigo sugere a interpretação de que, nas décadas de 1980/90, teria sido fundamental para a historiografia ocidental “documentar a experiência” de outros sujeitos, excluídos da história e deixados às margens da grande narrativa. É importante assinalar que, já em 1991, Scott estava nos fazendo uma exortação, pois quando a experiência é utilizada como um discurso de autoridade temos um problema historiográfico.

Quando a documentação apresentada diz respeito à experiência, a asserção de referencialidade é mais reforçada, o que afinal de contas poderia ser mais verdadeiro do que o relato da própria pessoa a respeito do assunto que ela vivenciou? É precisamente este tipo de apelo à experiência como prova incontestável e como ponto de explicação originário – como fundamento sobre o qual a análise se baseia – que enfraquece o impulso crítico de histórias da diferença (Scott, 1998, p. 301).

Para Joan Scott, isso é um problema porque

A visibilidade da experiência se torna então evidência para o fato da diferença, em vez de se tornar uma forma de explorar como a diferença é estabelecida, como ela opera, e como e de que maneira constitui sujeitos que vêem e atuam no mundo (Scott, 1998, pp. 301-302).

Retomo esse artigo de Scott para enfatizar como essa teórica feminista já identificava a essencialização de uma experiência como um equívoco teórico há mais de trinta anos, uma vez que levaria apenas à atribuição de um passado a um indivíduo ou grupo, enquanto a concepção da *experiência* como *histórica* deveria compreender como as pessoas se tornam *sujeitos* em meio a relações sociais. Para ela, a experiência constitui os sujeitos. Ela sentencia: “Pensar sobre a experiência nesses termos significa historicizá-la, bem como historicizar as identidades que as produzem” (Scott, 1998, p. 302).

Talvez o debate sobre experiência nas últimas décadas tenha sido satura-

do pela categoria koselleckiana de “espaço de experiência” e pela ênfase na teorização sobre a experimentação do tempo e os regimes de historicidade. Além disso, a ideia de uma categoria meta-histórica pode ter suscitado a interpretação da experiência como um conceito neutro, que universaliza a condição dos sujeitos históricos, uma vez que a experiência assim concebida seria um apriorístico antropológico. O problema se torna mais sintomático quando pensamos a caracterização da modernidade como predominância de um tempo histórico no qual o espaço de experiência e o horizonte de expectativa se afastam (Koselleck, 2006). Como reconheceu María Inés Mudrovcic (2019), estaríamos diante de uma interpretação do tempo histórico que pode ser verificada como pano de fundo de diversas “políticas de tempo”, que afirma a hegemonia europeia em nossa imaginação histórica e que tem desdobramentos como a hierarquização das experiências como superiores e inferiores; civilizadas e primitivas; pertencentes ao reino da cultura e da natureza; atrasadas ou contemporâneas.

Retomando a dissertação de Nicolazzi, uma das questões que provocaram a investigação consistia em: “Como é possível representar uma experiência de tempo plural em uma temporalidade narrativa singular, ou seja, como criar um vínculo entre o múltiplo da história vivida e o caráter unitário da história narrada?” (Nicolazzi, 2004, p. 18). Em resposta, o autor propõe uma distinção entre a experiência histórica e a experiência historiográfica, sublinhando a precariedade do discurso historiográfico em abarcar a história vivida. Apesar de reconhecer a experiência como uma construção discursiva, assim como Scott e Nicolazzi, minha questão não consiste apenas em pensar a relação entre experiência e linguagem, ou entre história e narrativa. O ponto que mais me interessa aqui é a relação entre as experiências de opressões e as possibilidades de conhecimento de passados outros.

Dizendo de outra forma, minha proposta é considerar a experiência histórica destacando seu potencial epistemológico. Para tal, proponho pensar a experiência como uma lente para a leitura do passado, acreditando que diferentes pessoas e suas experiências podem contribuir para a emergência de formas igualmente diversas de compreender processos históricos complexos. O objetivo é reconhecer, no conceito de experiência, uma certa periculosidade, sem anular o fato de que todo sujeito histórico possui uma gama de experiências que compõem a sua historicidade, mas reconhecendo, junto com a história política e social, que, no atual contexto, esse conceito tem sido disputado e pode provocar outros desdobramentos.

O movimento que estou propondo também tem uma especificidade por-

que observo que, no foco analítico de Scott e Nicolazzi, por exemplo, a experiência histórica é um atributo do passado, aquele elemento que, em uma análise tradicional, poderíamos chamar de “objeto” do conhecimento. Já na perspectiva que estou propondo priorizar, é a experiência histórica do “sujeito” do conhecimento que ganha contornos epistemológicos e que pode contribuir para a teoria da história na contemporaneidade<sup>3</sup>.

É por isso que trago, para nossa conversa, o conceito de *escrevivência*, que foi elaborado por Conceição Evaristo na feitura de sua dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1996.

#### ESCREVIVÊNCIA: UM CONCEITO EM FORMA DE POTÊNCIA<sup>4</sup>

[...] a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (Evaristo, 2020, p. 30).

Para esse ensaio escolhi abordar algumas questões a partir do conceito de *escrevivência*, criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, e que completa 30 anos de sua elaboração. Nas palavras da própria Evaristo:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (Evaristo, 2020, p. 30).

Em uma busca no portal da CAPES, foi possível averiguar que o conceito já foi amplamente incorporado aos estudos acadêmico-científicos. Existem muitas pesquisas realizadas nos últimos anos que partem da escrevivência ou têm como objetivo a construção de uma escrevivência. Notadamente, áreas como Letras, Serviço Social, Educação e até mesmo algumas pesquisas ligadas à área da saúde encontraram nesse conceito uma possibilidade para lidar com fenômenos como machismo, racismo e outras formas de opressões na sociedade brasileira. Contudo, ainda são poucos os trabalhos na área de história que o utilizam como matriz conceitual. Nesse levantamento, não encontrei nenhum trabalho em teoria da história que assim o fizesse. Minha proposta neste ensaio é pensar, a partir do conceito da autora de *Becos da Memória* (2017),

como a experiência histórica pode ser compreendida num imbricamento entre vivência individual e histórias compartilhadas.

Relendo *Futuro Passado* (Koselleck, 2006), encontrei uma referência valiosa para esse debate. Ao pensar sobre a relação entre a história dos conceitos e a história social, Koselleck propôs uma “semântica política dos conceitos”. Essa sugestão me pareceu muito apropriada aos meus interesses atuais, permitindo uma síntese acerca de uma concepção fundamental sobre as epistemologias feministas, afinal, se os conceitos somente podem ser compreendidos na sua interseção com a história social, em outra medida, seria inútil desconsiderar a dimensão política do surgimento, da transformação e da recepção dos conceitos. O historiador alemão sinaliza que a semântica dos conceitos se relaciona a conteúdos que ultrapassam a sua dimensão linguística, em outras palavras, apenas seria possível compreender o conteúdo de um conceito atendendo para sua constituição social. E, nesse sentido, devemos ter especial atenção para a batalha semântica em tempos de crise. Para Koselleck, “Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias” (Koselleck, 2006, pp. 109-110).

Entendo o conceito de escrevivência nessa chave interpretativa. Penso que ele consiste em um conceito político-social-cultural, que expressa muito bem como a experiência social extrapola para o campo linguístico e como retorna do campo linguístico para as disputas sociais, denominando práticas de opressão e de resistência. Ele oferece condições para o reconhecimento coletivo no presente e no passado, por meio da possibilidade de falar de si, do outro, e de construir um determinado “nós”.

Como aponta Koselleck, “A luta pelos conceitos ‘adequados’ ganha relevância social e política” (Koselleck, 2006, p. 111). Dessa forma, a história dos conceitos deve ser concebida como parte integrante também da história social e da história política. Considerar o conceito de escrevivência e seu impacto no cenário intelectual contemporâneo é reconhecer que há uma demanda para que a linguagem ofereça meios para denominar determinadas experiências históricas.

Foi em sua dissertação de mestrado em Letras, defendida na PUC-Rio em 1996, com o título *Literatura negra: uma poética de nossa Afro-brasilidade*, que Conceição Evaristo apresentou, pela primeira vez, a ideia de uma escrevivência. No capítulo três, intitulado “Escrever Inscre-Vi-Vendo-se pela memória da pele”, o conceito ainda não tinha o acabamento teórico que conhecemos

hoje<sup>5</sup>, mas desde a realização daquela pesquisa Evaristo afirmava estar interessada em pensar a relação entre literatura, memória e história, reconhecendo o protagonismo de mulheres e homens negros e sua contribuição para a cultura brasileira. Esta atitude buscava compreender, no atravessamento desse lugar, o que a literatura negra significava para a sociedade brasileira. Assim, remetia, ao mesmo tempo, a uma autoanálise e a uma análise do coletivo, conferindo centralidade ao corpo que é visto em diferentes tempos: a escrita dessa forma é uma inscrição social, pela memória que está marcada no corpo e atravessada pela história.

Maria Nazareth Fonseca analisa a formação lexical do termo e chama a atenção para os dois verbos que o compõem: escrever e viver, explicando que “Morfologicamente, estão presentes no termo a associação entre ‘escrever’ e ‘viver’ e os sentidos recorrentes da expressão ‘escrever vivências’ ou mesmo escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita” (Fonseca, 2023, p. 15). A partir da leitura da dissertação de Evaristo, e reconstituindo uma breve história do termo, eu acrescentaria a importância do verbo “inscrever” na constituição semântica do conceito, acentuando seu traço político. Acrescentaria igualmente o jogo entre tempos verbais expresso na composição “Vi-Vendo”, segundo a qual o passado e o presente aparecem enlaçados na disposição do olhar. Essa seria, portanto, uma escrita que procura *inscrever*, na cultura brasileira, um determinado sujeito a partir das marcas do passado e do presente em seu corpo-história.

Aquela/aquele que escreve a partir desse “si”, e que se identifica como um “nós” carregado de história, fala de um lugar sócio-histórico marcado por opressões de gênero e pelo racismo, e produz uma inscrição social mediada pelo que viu e pelo que ainda vê. Há uma continuidade temporal que se materializa. A pele e o corpo são provas materiais de que a história aconteceu. A função da escrita não seria, portanto, de registrar a evidência da experiência, mas sim a de reinscrevê-la num momento do tempo, produzindo um rasgo na história, ao reunir memórias carregadas de opressões que ainda machucam – menos porque a ferida insiste em não cicatrizar e mais porque a violência que provoca a dor jamais cessou.

Evaristo é uma intelectual brasileira. Em sua obra, ela aborda aspectos da sociedade brasileira contemporânea, na complexidade de seus estratos do tempo. Tanto em seus trabalhos acadêmicos como em sua obra literária é possível perceber um compromisso com o povo negro, cuja contribuição para a formação da sociedade brasileira é incontestável. Evaristo nos fala de crianças, homens e mulheres que tiveram suas vidas atravessadas por práticas sociais de

exclusão e marginalização. Em suas páginas, reflete sobre a perversidade do racismo e do patriarcado e sobre o poder da cultura e da vida em comunidade. É uma obra que lida com temas que poderíamos qualificar como universais: amor, pertencimento, solidão, abandono, persistência, coragem, luta pela sobrevivência, enfim, ela nos fala à alma. Mas eu gostaria de destacar outro aspecto: entendo que a obra de Evaristo, assim como a sua recepção, especialmente do conceito de *escrevivência*, nos apresenta uma nova forma de conhecer a realidade porque tem como referencial a valorização de experiências específicas: as vivências das mulheres negras brasileiras. Nesse sentido, entendendo esse conceito como uma contribuição epistemológica do feminismo negro brasileiro e insisto que sua aplicação deve ser cuidadosa, uma vez que se faz necessário levar em consideração o conceito e a história social na qual ele está inserido, para que a sua periculosidade não se dilua em uma aplicação universalizante da *escrevivência* como um apanhado de narrativas de experiências individuais.

Evaristo explica que seu procedimento poético foi profundamente marcado por sua historicidade

Observar o mundo é de grande valia, mas o meu mundo primeiro era tão comedido, tão pouco o meu universo, que tive de aprender a olhar o mundo pela profundidade e não pela extensão. E profundidade me trazia e traz o concreto, a vida com as suas mortes, a realidade confrontando o sonho; “os sonhos moldados a ferro e a fogo” (Evaristo, 2020, p. 34).

A princípio pode parecer trivial afirmar que a historicidade de uma pessoa participa de vários âmbitos da sua vida, como na construção do eu lírico. Contudo, o que a autora expressa nesse trecho não se limita ao reconhecimento da relação entre vida e obra, mas da especificidade da vida e como essa vida pode inicialmente impactar na própria concepção de literatura – e, eu diria, também pode impactar na concepção de história –, uma vez que é a concretude da existência que assume a proeminência. Ao buscar essa profundidade, a autora pôde esquadriñar práticas sociais de longa duração e compreender que seu universo na verdade não era apenas seu, mas sim compartilhado. Assim, fazer literatura – da mesma forma como podemos admitir para a escrita da história –, a partir do compromisso de inscrever/escrever no mundo pessoas que foram por muito tempo marginalizadas, passa a ser um dos principais interesses dessa *escrevivência*. É assim que o conceito foi sendo forjado como ação deliberada de disputar um lugar no mundo, de se inscrever na história. A *escrevivência* como um

dispositivo literário significa, para Evaristo, “Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha” (Evaristo, 2020, p. 35).

Está presente, na obra e na atuação pública de Conceição Evaristo, essa preocupação com a vida social, com a construção de um espaço no qual mulheres negras possam não apenas conhecer o mundo, mas sobretudo falar sobre ele, e falar sob a sua perspectiva. É no enfrentamento da recorrente objetificação dessas sujeitas que a escrevivência se impõe como um ato político. São pessoas que rompem com as barreiras da invisibilização por meio da inscrição da sua letra e voz no espaço público. E o que superficialmente poderia parecer um conjunto de relatos pessoais se torna, na trama literária – e acredito que esse também é o potencial da história, guardadas as devidas especificidades –, um tecido complexo de memórias e experiências partilhadas em diferentes momentos históricos. A escrevivência se faz atravessando as camadas do tempo e descortinando opressões que se tornam veladas na dialética das durações.

Talvez essas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo.

[...]

E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si (Evaristo, 2020, p. 35).

Evaristo tem muita clareza de seu projeto literário e político, por isso, em entrevistas e textos acadêmicos mais recentes, tem elaborado uma concepção de escrevivência como um conceito que não se confunde com outras empreitadas literárias, como a autoficção ou a escrita de si. Eurídice Figueiredo faz uma arqueologia do termo “autoficção” desde seu aparecimento na quarta capa de *Fils*, do escritor francês Serge Doubrovsky, em 1977, até sua popularização na primeira década do século XXI. Se, para seu criador, “a autoficção é, fundamentalmente, um romance do presente e não reconstituição memorialística” (Figueiredo, 2022, p. 83), a crítica literária brasileira afirma que, entre as características mais notórias desse tipo de narrativa literária, podem ser destacadas a “vampirização das escritas de si” pelo romance contemporâneo; a deliberada exposição do autor como protagonista da história e o próprio contexto social no qual a vida privada torna-se cada vez mais pública<sup>6</sup>. Em ou-

tro capítulo do mesmo livro, Figueiredo analisa *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo, e o apresenta como um relato de memória no qual a ficcionalidade é um componente da narrativa (auto)biográfica, mas ainda assim não caracteriza o livro como uma autoficção –provavelmente porque reconhece no romance uma vinculação com a história do Brasil, da escravidão e do racismo. Figueiredo conclui que “Essas vozes que ecoam vozes do passado narrativizam visões disruptivas que desconstroem uma história oficial pacificadora e neutralizadora das diferenças, dando visibilidade às desigualdades e às injustiças da sociedade brasileira” (Figueiredo, 2022, p. 230).

Evaristo não entende a escrevivência como uma narrativa do eu ou uma escrita memorialística. Para ela, o mais significativo é, de fato, o traço histórico que marca as vivências que dão origem à escrita. A autora até mesmo cita a obra de uma importante historiadora brasileira, Beatriz Nascimento, para argumentar como é exatamente o traço histórico que se faz marcante na elaboração de uma teoria literária a partir da escrevivência:

A ideia de Escrevivência talvez possa trazer algo novo para a teoria da literatura pensar. Parece-me que o conceito de autoficção, de escrita de si, de narrativas do eu, e até de ego-história, quando um historiador resolve, por meio do aparato da ciência que ele conhece, narrar a sua vida, como sujeito histórico, como sujeito da história de seu tempo, o conceito de Escrevivência pode ser pensado por parâmetros diferentes dos colocados para pensar as categorias citadas anteriormente. Entretanto, quando falo de ego-história, a historiadora Beatriz Nascimento, no filme “Ôri” (1989), constrói uma ego-história que não se esgota na vida dela como historiada. É uma ego-história cuja narração fílmica está amalgamada à história de uma coletividade. [...] Ouso crer e propor que, apesar de semelhanças com os tipos de escrita citadas, a Escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado.

É nesse ponto que entendo que Conceição Evaristo esteja também teorizando sobre a experiência histórica e seus desdobramentos para a compreensão do mundo. Embora o conceito tenha como base linguística a palavra *vivência* e não a palavra *experiência*, o que ele carrega em seu conteúdo se aproxima daquela compreensão que vimos referenciadas nas obras de Foucault, Thompson e Scott, ou seja, a ideia de experiência histórica como algo que não se encerra no indivíduo, mas que ganha contornos por meio de relações sociais e discursivas historicamente constituídas. Quando Evaristo parte das vidas de mulheres negras pobres excluídas para elaborar um discurso so-

bre o mundo, ela entende que não é a experiência como evidência do passado escravista e patriarcal que importa mais, e sim a experiência como um continuum de opressões e relações de poder que atravessam gerações, espaços, e se encontram nos olhos marejados de tanta história e tanta luta que já passaram por eles.

Fernanda Miranda (2023) propõe uma aproximação entre o conceito de escrevivência e o de fabulação crítica, criado por Saidiya Hartman, partindo do entendimento de que ambos podem ser compreendidos como estratégias teóricas e políticas para lidar com passados apagados em grande parte das narrativas hegemônicas. Hartman defende a fabulação crítica como uma forma de produzir narrativas sobre sujeitos cujas existências foram excluídas dos arquivos oficiais e das narrativas mais canônicas – seja na história ou na literatura –, operando por meio de aproximações, analogias, comparações e, por fim, buscando, senão a história, pelo menos a historicidade daqueles sujeitos. A escrevivência, por sua vez, parte do campo ficcional, atravessado pelas armadilhas da memória, e alcança uma dimensão histórica, ao tornar o sujeito social mulher negra – subalternizado pela colonização, vítima de mazelas ao longo do tempo – em sujeito da escrita, realizando a transformação no cenário intelectual brasileiro analisado por Evaristo em “Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira” (2005).

Alguns trabalhos acadêmicos já nos mostram como o conceito criado por Evaristo extrapolou o campo literário e tem sido utilizado para pensar estratégias para uma educação e políticas públicas antirracistas. Em “Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista”, Oliveira, Pedroza e Pulino (2023) propõem um diálogo entre as concepções pedagógicas de Paulo Freire e bell hooks, somadas à prática da escrevivência como uma estratégia para lidar com o racismo presente nas comunidades escolares, com o objetivo de combater universalismos e estereótipos ainda presentes nos currículos oficiais e nos conteúdos ensinados aos estudantes. Segundo os autores:

A inserção de temáticas que dialoguem com a vida dos/as estudantes, assim como espaços que privilegiem as histórias de si, vem na contramão de uma educação que se coloca como neutra e não questiona os locais de poder, privilégio e naturalização de opressões. Dessa forma, abre-se espaço, no contexto escolar, para outras narrativas que contribuem para a problematização desse saber dado como universal e, consequentemente, para a possibilidade de questionar os este-

reótipos criados em torno do corpo e da existência do/a negro/a (Oliveira; Pedroza; Pulino, 2023, p. 7).

Os autores ressaltam o aspecto notadamente político dessa escrita, que apresenta para a sociedade brasileira um projeto de desestabilização de práticas sociais historicamente instituídas e arraigadas em instituições e no cotidiano ainda hoje: “Há de considerar que se trata de uma escrita também política, insubordinada, que revela uma memória e reescreve a história da população negra, antes colocada de uma perspectiva colonial; logo, não se faz de modo inocente” (Oliveira; Pedroza; Pulino, 2023, p. 8). Essa é uma afirmação recorrente de Evaristo quando comenta seu processo criativo: “Meu texto literário não é inocente, a crítica e os ensaios são menos inocentes ainda” (Evaristo, 2020, p. 41), reconhece a autora. É exatamente essa periculosidade que se tornou inspiração para o referido projeto educacional antirracista.

No escopo desse mesmo projeto, uma série de perguntas foram feitas aos estudantes a fim de refletir sobre o que seria uma cultura negra ou uma vivência da negritude. Embora alguns estudantes tenham citado aspectos que identificavam como uma cultura negra, entre eles a importância de religiões de matriz africana como o candomblé e a umbanda, alguns questionamentos revelam, por um lado, que as identidades sociais não devem ser essencializadas, e por outro, que o apagamento histórico provocado pelo colonialismo pode ter consequências na construção das identidades contemporâneas. Perguntas elaboradas pelos estudantes que participaram do projeto – tais como “que outros fatores caracterizariam a cultura negra? Que aspectos dessa cultura foram apagados pela colonização? Existe mais de uma cultura negra? Existe mais de uma forma de ser negro/a? Viver em um mundo moderno apaga as marcas da negritude? Será que a vivência da negritude é caracterizada sempre pela dor?” – revelam que, da mesma forma como identidades não podem ser entendidas como um monolito, e, portanto, não devem ser essencializadas, também o racismo estrutural tem contribuído para o apagamento de culturas e existências que desafiam a hegemonia (Oliveira; Pedroza; Pulino, 2023, p. 18).

No artigo “*a escrevivência* de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira”, Maria de Lourdes Rossi Remenche e Juliano Sippel analisam a poesia de Evaristo “como acontecimento que perturba a regularidade da memória social da população negra no Brasil”. Segundo os autores, “A análise revela que a escrita da autora se constitui em um acontecimento discursivo profundamente atravessado por um sujeito cujos pés estão fincados na história” (Remenche; Sippel, 2019, p. 36). Já Viviani Cavalcante de Oliveira

Leite e Edgar Cézár Nolasco (2019, p. 3), no artigo “Conceição Evaristo: escrevivência no corpo”, entendem o conceito de escrevivência como um jogo de representações biográficas, inclusive caracterizando-o na contramão do que teorizou a sua criadora: “a escrevivência é um conceito, cunhado pela intelectual mineira para definir ou nomear a ‘escrita de si’ ou auto(biografia)ficção da mulher negra na literatura brasileira”. Os autores ainda apresentam uma interpretação que interessa especialmente ao meu argumento, a saber, a ideia de que, na prática da escrevivência, “a noção de arquivo emerge, ou seja, trata-se de uma memória ancestral que, a partir do momento em que é (des)arquivada, deixa de ser passado e torna-se presente, mas um presente contínuo que lança para o futuro uma promessa um por vir” (Leite; Nolasco, 2019, p. 3).

Rosane Borges também reflete sobre a problemática do arquivo a partir da escrevivência como um princípio conceitual-metodológico para a produção, o armazenamento e a circulação de narrativas, especialmente como “potência para suportar as narrativas dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história”. Ela entende que aproximar a memória coletiva da noção de escritura “tem, aqui, uma função estratégica, pois visa a anular a dicotomia infundada entre *oralidade* e *escrita*, quando o que está em causa é o patrimônio das populações negras, aqui e na África” (Borges, 2020, p. 189). Continuo pensando junto com Borges, sobretudo porque sua argumentação demonstra com clareza essa vocação teórica da contribuição de Evaristo, bem como também se alicerça em uma percepção de que o que distingue a escrevivência de outros dispositivos literários não é a intertextualidade, mas aquilo que eu chamaria de historicidade. Para Rosane Borges, “o termo escrevivência disponibiliza um trançado de códigos (escrita, fala, gestualidade) que performa sentido e constrói horizontes discursivos com os quais nos afirmamos enquanto sujeitas da nossa história e da história do mundo” (Borges, 2020, p. 190)<sup>7</sup>.

Koselleck analisa como os conceitos modernos, principalmente aqueles que ele caracterizou como “conceitos de movimento”, teriam uma carga temporal específica, sendo, sobretudo, marcados pela futuridade. Uma das abordagens possíveis quando analisamos historicamente um conceito consiste exatamente em verificar sua constituição temporal, atentando para indicadores de temporalidades registrados em seus significados. Vejamos como enunciou a questão o próprio Koselleck:

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de ca-

ráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração ou futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico (Koselleck, 2006, p. 101).

Pergunto-me qual seria a carga temporal inscrita no conceito de escrevivência. Estaria ele, tal qual os conceitos modernos, apontando para o futuro? Analisando a dissertação de Conceição Evaristo e obras literárias como *Becos da memória* e *Olhos D'Água* (2014), me parece recorrente a relação entre passado e presente. Eu arriscaria dizer que a estrutura temporal do conceito de escrevivência revelaria a centralidade no fluxo do tempo entre presente, indo para o passado e voltando para o presente. *Becos da memória*, por exemplo, foi publicado pela primeira vez em 2006, mas sua escrita aconteceu entre 1987/1988, inclusive visando a publicação no escopo das efemérides do centenário da abolição da escravidão – projeto que não foi concretizado. Ali a autora me parece estar muito interessada em pensar questões do seu presente nas décadas de 1980 e 1990, mantendo essa marca temporal no conceito e na maneira como ele aparece em sua produção acadêmica e em sua arte. São as questões do Brasil em busca da redemocratização, as disputas em torno da Constituinte e os debates sobre os cem anos do decreto da abolição da escravidão que estão no horizonte coletivo da escritora. São o Movimento Negro Unificado e a construção de uma literatura negra do/no Brasil que fixam o olhar no presente, mas inevitavelmente o deslocam para o passado.

Entendo escrevivência como um conceito político-social-cultural que integra o repertório crítico do feminismo brasileiro, sobretudo com o protagonismo das mulheres negras. E, retornando ao tema acima desenvolvido, no que concerne à carga temporal do conceito, seria interessante considerar a sua estrutura temporal como uma maneira não moderna de pensar a experiência. Pois, se na estrutura temporal dos conceitos político-sociais modernos a experiência tem valor diminuído, em favor da expectativa, na escrevivência o presente da pessoa que escreve literatura – ou história – é inseparável da experiência vivida por ela e pela comunidade com a qual ela se identifica –; e aqui a noção de comunidade ganha outro lastro temporal. Essa estrutura político-temporal provoca uma fissura na hegemonia do feminismo branco e eurocentrado, cuja orientação temporal é notadamente moderna e possui a noção de futuridade bastante acentuada.

É interessante notar como talvez a experiência de vida da própria autora e a recepção de sua obra tenham mudado um pouco a estrutura temporal do conceito na última década. A criação da *Casa Escrevivência*, no Rio de Janeiro,

poderia ser um indício de um deslocamento temporal se entendemos a *Casa* como uma instituição de memória, que pretende atuar na sociedade carioca no tempo do agora, mas que também é um meio de organização do acervo – e de controle da memória sobre a autora e sua obra – e uma residência literária para a formação de novas gerações de escritoras e escritores. Enfim, parece que, com a vivência, o conceito ganha traços mais nítidos de expectativa em sua semântica.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Já encaminhando algumas considerações finais, escrevivência não é um conceito para nos acalantar ou fazer com que nos sintamos confortados; a escrevivência não é uma “história para ninar gente grande”, mas sim um conceito que nos permite conhecer, ter acesso a realidades que até então não eram vistas pela prática científica historiográfica. Retornando a Joan Scott, destaco novamente como a relação entre a linguagem e a história social se torna imprescindível para pensar esse novo conceito como possibilidade discursiva de criação da realidade e como disputa sobre o real.

Tratar a emergência de uma nova identidade como um acontecimento discursivo não é introduzir uma nova forma de determinismo linguístico, nem é privar sujeitos de serem agentes. É recusar uma separação entre “experiência” e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, significados múltiplos possíveis para os conceitos que eles utilizam (Scott, 1998, pp. 319-320).

Além disso, Scott novamente me parece pertinente ao enfatizar que as identidades sociais são historicamente constituídas e que qualquer gesto de essencialização de uma identidade é um prejuízo para a análise histórica. Fernanda Miranda (2023) destaca como há, no cenário intelectual e cultural contemporâneo, uma espécie de “pacto de referencialidade implícito”, um dispositivo social que tem considerado textos literários – e aqui segue meu alerta sobre a historiografia – de mulheres negras como conteúdos concretos, como se entre a autora e seu texto não houvesse nenhum tipo de mediação. Seja em um texto literário ou historiográfico, esse tipo de mecanismo aponta para a necessidade recorrente de se pensar as fronteiras entre a literatura, a ficção, a história e a experiência vivida. O conceito criado e (re)elaborado por

Evaristo nos oferece caminhos para além da narrativização de vivências individualizadas, pois reside em seu potencial a possibilidade de construir inscrições sociais subalternizadas, forjar arquivos de memórias insubmissas e escrever histórias descentralizadas em suas temáticas, ênfases, olhares e autores.

Dialogando com o artigo publicado por Verónica Tozzi Thompson na revista *História da Historiografia* (2025), no qual ela analisa a epistemologia dos testemunhos como um indício de uma disputa pela autoridade epistêmica na construção de narrativas historiográficas, acredito que a reflexão acerca da centralidade da experiência como um componente da elaboração do conhecimento sobre o passado se torna cada vez mais imperativa. Em sua análise, Tozzi utiliza termos como confiança, valor epistêmico e injustiça epistêmica para lançar luz sobre disputas de narrativas, disputas sobre o que foi o passado e sobre quem tem a legitimidade para questioná-lo. Tomando de empréstimo seu léxico, eu diria que o conceito de escrevivência nos ajuda exatamente a localizar essa injustiça epistêmica e, com ele, adquirir mais uma ferramenta heurística para identificar essas disputas em torno da autoridade epistêmica e tensionar novamente narrativas que acabam por universalizar a experiência histórica.

A escrevivência não aborda a experiência em um sentido universal, ela coloca no holofote uma dada experiência histórica. Para explorar efetivamente sua potência temos que conectar esse conceito com a sua história social e, aí assim, retornarmos à teoria da história para compreender o seu valor epistemológico. Acredito que esse conceito nos possibilita compreender a experiência das mulheres negras, as experiências dos homens negros, e também as experiências das mulheres e dos homens não racializados, a partir da perspectiva de uma lógica social racista e machista. Com a escrevivência não se trata apenas de tornar a experiência visível, mas sobretudo de compreender essas experiências a partir das práticas sociais por meio das quais elas são produzidas e reproduzidas.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. Dilthey: conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 27, n. 2, pp. 51-73, 2004.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994
- BORGES, Rosane. Escrivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 182-204.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26-47.
- EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa Afro-brasilidade*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2014.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, v. 1, n. 1, pp. 52-57, 2005.
- FERRAZ FELIPPE, Eduardo; SOUZA, Francisco Gouvea de. Racismo e arquivo: questões para a Teoria da História. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 26, n. 1, pp. 81-99, 2023.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A nebulosa do (auto)biográfico: vidas vividas, vidas escritas*. Porto Alegre: Zouk, 2022.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escrivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Orgs.). *Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC, 2006.
- LEITE, Viviani Cavalcante de Oliveira; NOLASCO, Edgar César. Conceição Evaristo: escrituras do corpo. *RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 05, ed. especial, pp. 1-10, mai., 2019.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Escrivência, fabulação e os passados inauditos. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Orgs.). *Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- MUDROVICIC, María Inés. The Politics of Time, the Politics of History: Who are My Contemporaries? *Rethinking History*, v. 23, n. 4, pp. 456-473, 2019.

- NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- OLIVEIRA, Nathália Pereira; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. *Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, pp. 1-23, 2023.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 2, pp. 36-51, 2019.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCOTT, Joan W. The Evidence of Experience. *Critical Inquiry*. v. 17, n. 4, pp. 773-797, Summer, 1991.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo, v. 16, pp. 297-325, fev. 1998.
- TOZZI THOMPSON, Verónica. Trust, Testimony, and the Epistemic Value of Historical Narrative. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 18, special issue, pp. 1-24, 2025.

## NOTA

<sup>1</sup> Uma primeira versão dessa reflexão foi apresentada na sessão “Diálogos Contemporâneos: As teorias da História diante dos desafios contemporâneos”, no 33º Simpósio Nacional de História, realizado entre os dias 13 e 18 de julho de 2025. Essa pesquisa recebeu fomento da FAPERJ e do Pró-Ciência UERJ.

<sup>2</sup> Para uma reflexão mais aprofundada sobre a concepção da teoria feminista como uma epistemologia (ou epistemologias), ver Margareth Rago (2019).

<sup>3</sup> Para as finalidades desse ensaio será importante pensar o passado também como sujeito, como agente dotado de subjetividade, e reposicionar essa relação.

<sup>4</sup> Embora, na construção linguística do conceito, esteja em evidência a palavra “vivência”, escolhi não a abordar detidamente a partir da teoria de Wilhelm Dilthey, porque entendo que os objetivos do autor, ao analisar as possibilidades da hermenêutica como forma de compreender o passado e o mundo social, não compõem o mesmo conjunto de questões que mobilizam o pensamento de Evaristo. Portanto, sigo com a teoria de Joan Scott sobre a experiência histórica para pensar desdobramentos do conceito de escrevivência (Amaral, 2004).

<sup>5</sup> Observo que sobretudo a ênfase nas histórias e vivências das mulheres não aparece de maneira tão marcada na dissertação.

<sup>6</sup> Não há espaço aqui para uma análise da tese de Beatriz Sarlo sobre a “guinada subjetiva” (2007), que certamente compõe esse cenário histórico contemporâneo, mas indico a leitura para outros desdobramentos.

<sup>7</sup> Para ampliar o debate sobre a escrita da história e a relação entre arquivos e práticas racistas, indico o artigo de Eduardo Ferraz Felipe e Francisco Gouvea de Souza (2023), no qual os autores empreendem uma reflexão sobre o *mal de arquivo* à luz das propostas teórico-metodológicas de Saidya Hartmann, Grada Kilomba e Achille Mbembe.

Declaração de disponibilidade de dados:

Os dados de pesquisa estão disponíveis  
no corpo do documento.

Editor responsável: César Augusto Bulboz Queirós.

Artigo submetido em 14 de setembro de 2025.

Aprovado em 10 de março de 2026.

